

Soletrar com esperança



Foto: Arquivo Ceale/FaE/UFMG

ENTREVISTA concedida a:
■ FERNANDA SANTOS

Atuante no campo da alfabetização há 30 anos, a professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG) Francisca Maciel escolheu essa área por influência da pesquisadora Magda Soares. A obra de Paulo Freire também inspirou sua trajetória. “São dois educadores exemplares, otimistas nas práticas e nas produções sobre o aprendizado inicial da leitura e da escrita, sem se descuidarem da crítica àqueles que não se comprometem com uma alfabetização na perspectiva do letramento e da leitura do mundo”.

Francisca é pesquisadora do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale), da FaE/UFMG, coordenadora-adjunta do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e do Projeto de Extensão de Ensino Fundamental de Jovens e Adultos na mesma universidade. Além disso, está envolvida com outras pesquisas sobre alfabetização e formação de alfabetizadores tanto de adultos como de crianças.

Na entrevista a seguir, ela fala sobre avaliações e outras ações que vêm sendo realizadas na educação brasileira. Segundo Francisca, a criação de uma Base Nacional Comum Curricular é um dos caminhos para superar os desafios e garantir a qualidade da educação. Otimista, ela acredita ser plenamente possível que o País atinja todas as metas estipuladas para a alfabetização e alcance o mesmo nível de qualidade de educação dos países desenvolvidos. “Temos que acreditar nisso, porque, do contrário, nós vamos só adiando essas metas e não avançamos”, afirma.



De 2007, quando foi criado, a 2013, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) dos anos iniciais do ensino fundamental passou de 4,2 para 5,2. Como você avalia esse crescimento?

Considero que estamos num ritmo razoável. Na área da educação, às vezes, queremos fazer as coisas de forma muito rápida, e isso não pode ser assim, porque faz parte de um processo. Não podemos ficar presos apenas aos dados estatísticos. Há muitas apropriações indevidas desses resultados por parte de políticos e da mídia, que tomam os números como se isso fosse o mais relevante, sem considerar o contexto, o que determinou o aumento, por que houve uma estabilização ou por que, em alguns locais, o índice diminuiu. Essa análise fria do número é bastante perigosa. É preciso, portanto, analisar os fatores que favoreceram ou não os resultados.

E o que costuma estar por trás de um bom índice?

São vários fatores. Quando algum município se destaca, observamos que as escolas têm uma boa gestão, um bom trabalho em equipe e um bom projeto político-pedagógico. Há, portanto, um trabalho coletivo, envolvendo a coordenação da escola, os professores e a família. Isso é algo fundamental que está muito presente no discurso, mas que ainda tem faltado na prática de muitas instituições.

“ Quando algum município se destaca, as escolas têm uma boa gestão, um bom trabalho em equipe e um bom projeto político-pedagógico. Há um trabalho coletivo, envolvendo a coordenação, os professores e a família ”

Qual a importância de programas de avaliação, como Ideb, Provinha Brasil, Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA)?

Temos que pensar que, nesses programas de avaliação, são usados vários instrumentos com o objetivo de apontar indicadores que se complementam e dialogam.

Esses programas não podem ser excludentes. As avaliações sempre existiram e são necessárias para termos, minimamente, parâmetros e também para orientar o investimento feito na educação, seja por parte dos gestores, dos professores, familiares e, claro, os alunos. É como um diagnóstico, que nos ajuda a fazer melhor o planejamento. Pensando em nível estadual e municipal, é importante saber como um Estado ou um município está em relação a outro, ou mesmo em relação a outras regiões brasileiras e outros países. Além desse nível amplo, as avaliações são importantes também no nível local, porque nos ajudam a pensar dentro da escola. É comum haver escolas

com várias turmas no ciclo de alfabetização, e os professores não têm um parâmetro de como está o seu trabalho em relação ao do seu colega.

As avaliações podem funcionar como uma ferramenta para os professores?

Sim. Primeiro é preciso quebrar essa lógica de se produzirem as avaliações apenas para cobrar o que foi ensinado. As avaliações deixarão de ser vistas como algo

monstruoso se forem elaboradas na perspectiva de ser algo a favor do aluno e do professor. Uma avaliação deve fazer o aluno pensar por si mesmo. Deve ajudar o professor a refletir sobre seu trabalho sem se sentir culpado: “O que eu faço no meu trabalho, no meu cotidiano?”; “Em que eu posso melhorar? E, principalmente, “Como eu posso ir além desses resultados?”; “O que meu aluno já sabe?”; “O que ele ainda precisa saber e que eu posso trabalhar?” A avaliação é um dos indicadores para que possamos pensar e repensar o planejamento.

As análises dos resultados devem ser feitas num trabalho cooperativo, porque, do contrário, o que irá sobressair é o “ranqueamento show”, isto é, os resultados comparativos entre as escolas, os municípios, os Estados, como já vem acontecendo em algumas partes do Brasil. Têm sido cada vez mais comuns essas comparações, e muitos pais alegam querer seus filhos em determinada escola porque “ela é muito boa, tirou nota alta na avaliação”.

Esse é um dos grandes problemas dessas avaliações em larga escala. É algo que acaba com o princípio educativo e pedagógico de qualquer processo avaliativo, sobressaindo apenas os aspectos estatísticos. Nesse caso, a avaliação deixa de ser a favor do aluno, do professor e da escola.

Outro aspecto a ser destacado é que todas as avaliações, principalmente as de larga escala, são muito restritas. Na medida do possível, tenta-se avaliar

capacidades necessárias para a aquisição inicial da leitura e da escrita. Entretanto, muitos aspectos que também são importantes no processo de alfabetização, como a leitura oral e a escrita, ainda não foram devidamente incluídos nas avaliações. No meu ponto de vista, contentar-se com os resultados de testes como esses e trabalhar com as capacidades dispostas na matriz de referência da ANA é produzir uma alfabetização aquém do necessário.

O objetivo do Ideb é chegar à meta 6 em 2021. O Plano Nacional de Educação (PNE) também estabelece uma meta para a alfabetização. São metas viáveis, na sua opinião?

Com certeza são viáveis. Temos que acreditar nisso porque, do contrário, vamos só adiando essas metas e não avançamos. Temos sempre que pensar que é possível ter uma mudança, um ensino de qualidade no País. A meta do PNE de alfabetizar, até 2024, 100% das crianças até o final do 3º

ano do ensino fundamental não é ousada. O processo de desenvolvimento cognitivo, afetivo, psicológico das crianças pode ser favorecido desde a educação infantil, no berçário. Uma vez que isso é feito, a aprendizagem inicial da leitura e da escrita vai fluir naturalmente. Considerando o investimento que tem sido feito nos últimos 20 anos na formação dos professores e na ampliação do acesso à escola, vejo que é, sim, possível alcançar essas metas com qualidade.

“ A meta do PNE de alfabetizar, até 2024, 100% das crianças até o final do 3º ano do ensino fundamental não é ousada. Considerando o investimento feito nos últimos 20 anos, vejo que é possível alcançar essa meta ”



As professoras ainda mostram resistência para assumir turmas de alfabetização?

Ainda existe uma cultura na escola de que as pessoas, quando chegam, têm sempre que enfrentar as maiores dificuldades. Parece que é um período em que o profissional tem que ser testado. Assim, as turmas de alfabetização acabam sendo destinadas às professoras novatas, muitas vezes, com pouca experiência. O que temos reforçado na graduação e nos cursos de formação contínua é a importância desse profissional da alfabetização, de o professor se constituir como um profissional da alfabetização. Até meados dos anos de 1970, nós tínhamos professoras que ficavam quase toda sua vida profissional como professoras do 1º ano, 2º ano ou 3º ano. Elas se especializavam naquele segmento. Hoje, no entanto, lecionar nas primeiras séries parece ser um castigo.

Penso que estamos conseguindo mudar isso, ainda que muito lentamente. Tenho encontrado professoras que dizem estar há oito, dez anos trabalhando com turmas de alfabetização. Ao passar por formações e especializar-se, o professor começa a se valorizar como um alfabetizador. E uma vez que tem o conhecimento, isso lhe dá tranquilidade para atuar. O investimento nos anos iniciais que vem sendo feito pelos governos está favorecendo a formação desse profissional do ciclo de alfabetização.

Atualmente, quais são os maiores desafios quando se fala em alfabetização de crianças?

Já temos praticamente resolvida a questão do acesso das crianças à escola com a obrigatoriedade da matrícula aos 6 anos. E, ao que tudo indica, daqui a pouco será aos 5 anos. Os problemas, hoje, são a qualidade e a equidade. Ainda estamos falhando nesses aspectos.

É fundamental, por exemplo, que a escola tenha uma boa gestão e uma boa infraestrutura, desde o prédio até os materiais pedagógicos. O governo tem investido muito na aquisição e na distribuição de livros didáticos, de literatura e em jogos, mas ainda está faltando orientar o professor sobre como trabalhar esses materiais em sala de aula. A mudança frequente do corpo docente também é um problema, pois, com isso, perde-se o vínculo dos professores com a instituição e com os colegas. Isso enfraquece muito o trabalho da escola.

Não podemos também deixar de falar da questão salarial. O profissional precisa ter uma boa remuneração para que possa ter tempo de se dedicar a sua formação. O profissional da educação não pode, de maneira alguma, achar que um curso superior basta. A graduação é a formação inicial do professor. É preciso dar continuidade aos estudos. Muitas vezes, ele tem o desejo, tem a oferta e não consegue fazer por questões que não dizem respeito só a ele.

“ Já temos praticamente resolvida a questão do acesso das crianças à escola com a obrigatoriedade da matrícula aos 6 anos. O problema, hoje, é a qualidade e a equidade. Ainda estamos falhando nesses aspectos ”

Quais são os entraves para essa formação contínua?

Uma dificuldade que enfrentamos nos programas de formação, entre eles o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), por exemplo, é a liberação dos professores pelos municípios para participar dos cursos de formação. O município assume esse compromisso com o Pacto, junto à União, mas cria muitas barreiras na hora de deixar que o professor vá para outra cidade fazer o curso. Esta tem sido uma dificuldade enfrentada em municípios de vários Estados brasileiros e é, para mim, um grave problema que gera muitas reclamações por parte dos docentes, o que é legítimo. A formação contínua é um direito do professor.

Outra questão é a falta de continuidade. No PNAIC, temos os orientadores de estudos, que fazem o curso e são responsáveis pela formação de seus pares no município onde trabalham. Estamos entrando no quarto ano da formação oferecida pelo Pacto, e o ideal era que tanto os orientadores de estudo como os demais professores que recebem a formação fossem os mesmos, mas isso nem sempre ocorre. Há muita rotatividade, e isso é um dos problemas nos programas de formação.

Qual o caminho para superar esses desafios e garantir uma educação de qualidade?

Um debate bastante efervescente hoje é a questão do currículo. A criação de uma Base Nacional Comum

Curricular está em andamento. A necessidade sentida e demandada pelos professores é de uma orientação que ultrapasse as matrizes de avaliação e os livros didáticos. Penso que isso é preciso. Defendo uma Base Nacional Comum Curricular que oriente os gestores e professores, desde que seja garantida a autonomia dos alfabetizadores e não os transforme em meros executores de objetivos a serem cumpridos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) delinearão para os sistemas o que era necessário para a educação dos brasileiros. Mas vejo que, passados 20 anos, estamos em outro contexto, precisamos ter agora outros delineamentos, outras definições, incorporar o que já foi discutido e realizado ao longo desses anos.

Não falo de uma proposta curricular fechada, muito formatada para todo o Brasil, porque essa definição cabe aos Estados e municípios. Trata-se de uma Base Nacional

Comum Curricular, que é necessária e precisa ser efetivada. Para isso é preciso que União, Estados, municípios, escolas e universidades trabalhem em conjunto. É um esforço coletivo e, por isso, é um grande desafio articular uma proposta que congregue campos opostos, como sempre ocorre no campo do currículo. O jargão “currículo é poder” precisa ser revisto. É preciso que o currículo seja mais democrático e leve mais em consideração o aluno e o professor.

“ Defendo uma Base Nacional Comum Curricular que oriente os gestores e professores, desde que seja garantida a autonomia dos alfabetizadores e não os transforme em meros executores de objetivos a serem cumpridos ”



Na sua opinião, como a Base Nacional Comum Curricular pode contribuir para a melhoria da educação?

Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que toda organização curricular tem suas possibilidades e limites. Entre as possibilidades, destacamos que a parte comum garantirá que todos os brasileiros desenvolvam as habilidades de acordo com cada etapa do desenvolvimento. Articulada à Base Nacional Comum Curricular, teremos a parte diversificada, que irá enriquecer e complementar, levando em conta as características regionais, culturais e econômicas da comunidade.

O que não pode ocorrer é montar dois blocos distintos sem diálogo entre a parte comum e a parte diversificada. Se isso ocorrer, a proposta curricular fica comprometida e com graves consequências na organização e planejamento dos conteúdos trabalhados em sala de aula. Também não deve haver descontinuidade entre os diferentes segmentos: educação infantil, ensino fundamental e médio. É, portanto, necessária a construção e definição de uma base nacional articulada desde a educação infantil até o ensino médio. Sabemos que não é uma tarefa fácil, mas ela precisa ser enfrentada para que, de fato e de direito, possamos garantir a qualidade e a equidade na educação brasileira.

Como você avalia o ensino fundamental de nove anos?

Se, num primeiro momento, houve um impacto causado pelo não entendimento da proposta, hoje as pesquisas realizadas sobre o tema mostram que o ensino fundamental de nove anos foi um avanço. Se não houvesse essa obrigatoriedade, em muitos locais, as crianças estariam fora da escola. O ensino fundamental de nove anos é uma política de inclusão.

Pensando especificamente na alfabetização, a diferença é que a criança agora tem 600 dias letivos para aprender a ler e a escrever durante o ciclo de alfabetização, que vai do 1º ao 3º anos do ensino fundamental. Mas é preciso cuidado para não sobrecarregar esse aprendizado nos 200 primeiros dias e nem deixar tudo para os 200 dias finais. Mantendo esse equilíbrio e realizando um bom trabalho, esse tempo é mais do que suficiente para garantir o aprendizado inicial da escrita e da leitura, com compreensão.

“ Hoje as pesquisas mostram que o ensino fundamental de nove anos foi um avanço. Se não houvesse essa obrigatoriedade, em muitos locais, as crianças estariam fora da escola. É, portanto, uma política de inclusão ”

Não é preciso ter pressa para alfabetizar, é isso?

Quando se tem um trabalho lúdico e prazeroso na educação infantil, muitas crianças já chegam aos 6 anos de idade lendo e escrevendo. Claro que elas não têm todo o domínio, todas as competências, mas isso vai ocorrendo de uma forma quase natural. O receio, principalmente dos especialistas da educação infantil, era que, com o ensino fundamental de nove anos, o professor começasse a sobrecarregar a criança de 6 anos

com um excesso de conteúdo, deixando de lado o aspecto lúdico. Isso não pode acontecer de forma alguma, e eles têm toda razão em se preocupar e cobrar dos profissionais dos anos iniciais uma proposta de continuidade, e não uma ruptura entre a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental.

O que também não pode ocorrer é vermos as crianças de escolas particulares lendo e escrevendo já aos 5 ou 6 anos e as das escolas públicas chegando aos 9 anos sem ter esse domínio. Isso é inconcebível! Então, é preciso haver por parte de todos os segmentos da escola, da sociedade, dos políticos, esse entendimento e o compromisso social e político sobre o trabalho no ensino fundamental de nove anos nas escolas públicas.

A pesquisa “Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento” teve início na década de 1980 e, desde 1997, está sob sua coordenação. Como você avalia os estudos sobre alfabetização ao longo dos anos?

Essa pesquisa é a única no Brasil que reúne todo o acervo das teses e dissertações sobre alfabetização produzidas no País. Comecei esse trabalho em 1986 como bolsista da professora Magda Soares. Quando ela se aposentou, em 1997, assumi a continuidade da pesquisa, como coordenadora, atualizando o banco de dados. É uma pesquisa que me atualiza, porque me permite acom-

panhar toda a produção acadêmica do País na área da alfabetização de crianças.

A tese mais antiga do acervo é de 1961. A produção sobre alfabetização vem crescendo muito quantitativamente, mas não diria o mesmo qualitativamente. Para se ter ideia, o acervo conta com 1.513 títulos sobre alfa-

betização de crianças. E, entre os anos de 2000 e 2010, foram defendidas 394 dissertações e teses. Entre os temas mais recorrentes podemos destacar a formação de professores alfabetizadores, provavelmente como resultado das ações governamentais. O letramento é outra temática muito presente, seja como referencial teórico, seja como objeto de pesquisa em sala de aula.

O que posso dizer é que, apesar do grande número de pesquisas produzidas, temos ainda muitas lacunas no conhecimento de como se ensina e como se aprende a ler e a escrever.

Além de trabalhar com alfabetização de crianças, você coordena o Projeto de Ensino Fundamental de Jovens e Adultos - 1º Segmento (Proef-1), na FaE/UFMG. Conte-nos um pouco sobre esse trabalho.

O Proef-1 faz parte do Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos da UFMG e é responsável pelas turmas de alfabetização e de consolidação da alfabetização, o que corresponde ao período do 1º ao 5º anos do ensino fundamental. Em todo o Programa, quem atua

“ Quando se tem um trabalho lúdico e prazeroso na educação infantil, muitas crianças chegam aos 6 anos lendo e escrevendo. Claro que elas não têm todas as competências, mas isso ocorre de uma forma quase natural ”



como professores são alunos das licenciaturas da UFMG. As aulas do Proef-1 ocorrem de segunda a quinta-feira, na FaE/UFMG, e as sextas-feiras são destinadas à formação e discussão de planejamento das atividades feitas por esses alunos/professores, que chamamos de monitores.

Todos os licenciandos podem se candidatar para atuar como monitores. Fazemos uma seleção, e os escolhidos passam por uma formação inicial e continuam essa formação ao longo de sua atuação no Projeto. Essa organização favorece uma troca constante de conhecimento entre professores da universidade, monitores e alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Temos vários monitores que atuaram no Proef-1, especializaram-se e, hoje, atuam na EJA da rede pública. Outros fizeram mestrado ou doutorado nessa área e continuam atuando como professores. É muito bom ver como os licenciandos vão constituindo suas trajetórias voltadas para o campo da Educação de Jovens e Adultos, a partir da experiência no Programa. Temos também alunos que reiniciaram seus estudos no Proef-1 e já concluíram o ensino superior. Em 2016, o Programa comemora 30 anos, o que indica a sua relevância para a UFMG.

Como é trabalhar com os adultos?

Minha atuação é na área da alfabetização, seja de adultos ou crianças. A diferença é que o adulto chega com a vida escolar marcada por muitas interrupções, e

isso gera uma sensação de fracasso. Equivocadamente, ele atribui esse fracasso a si próprio e, de maneira alguma, a outros fatores. Por isso, inicialmente, trabalhamos a autoestima desses adultos, desde o momento em que eles nos procuram na secretaria para retomar seu processo de escolarização e durante todo o seu percurso no Proef-1.

Algo que sempre digo aos monitores é que o projeto não pode ser mais uma porta ou uma janela a ser fechada na vida dessas pessoas. Por isso, uma característica do Proef-1 é não haver rigor em relação à frequência dos alunos. Nós incentivamos a presença, mas se, durante o percurso, o aluno tiver que se ausentar por um mês ou dois (por um problema de saúde, desemprego etc.) não tem problema. Sempre o incentivamos a voltar e cuidamos para que ele não se sinta, mais uma vez, fracassado, e sinta o quanto é importante para nós, professores e monitores. Aprendemos e ensinamos sempre.

“ A formação dos que atuam na EJA é pouco valorizada e incentivada. Não concebo alguém que atue na Educação de Jovens e Adultos e que não conheça a literatura de Paulo Freire. Esse é um conhecimento essencial ”

O que é fundamental para um professor da Educação de Jovens e Adultos?

A formação dos que atuam na EJA ainda é pouco valorizada e incentivada, razão pela qual é muito comum profissionais que não têm formação específica atuarem nas turmas de EJA como se estivessem com crianças. Utilizam linguagem, materiais e uma postura muito infantil com jovens e adultos. Para atuar com

esse aluno é preciso trabalhar a escuta, a sensibilidade, o cuidado com o que se fala. É preciso estar muito atento às reações, ao que ele deseja e, por isso, a escuta é fundamental. Às vezes, alguma coisa que parece ser um estímulo funciona de modo oposto. Não concebo alguém que atue na Educação de Jovens e Adultos e que não conheça a literatura de Paulo Freire. Esse é um conhecimento essencial para todos os profissionais, principalmente, para os que atuam na EJA.

Você também é coordenadora de um projeto de intercâmbio entre professores brasileiros e de São Tomé e Príncipe, na África.

Trata-se de um projeto (2012-2017) que envolve a formação de professores brasileiros e santomenses e o aprendizado inicial da língua portuguesa pelas crianças santomenses. É um projeto de mobilidade, que envolve ida de alunos e professores da graduação daqui para lá e vice-versa. Esse trabalho é resultado de uma parceria entre a UFMG e Universidade de São Tomé e Príncipe (USTP). Ele faz parte do programa Pró-Mobilidade Internacional, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que apoia pesquisas desenvolvidas por meio da mobilidade internacional docente e discente em universidades integrantes da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP).

Atuamos lá em uma escola de formação, acompanhando o trabalho dos professores e seus licenciandos. Praticamente todos os alunos de São Tomé e Príncipe que estão recebendo essa formação no curso superior já estão atuando em sala de aula da educação básica. Está sendo uma experiência muito rica para nós, professores,

e para os nossos alunos que vão para lá. Sempre digo que quem passa por uma experiência como essa nunca mais será o mesmo.

As escolas de educação básica de São Tomé e Príncipe são semelhantes às do Brasil?

São muitas as diferenças. O sistema escolar de São Tomé e Príncipe é muito tradicional se comparado ao nosso sistema, mas é preciso contextualizar para não fazermos análises precipitadas. O professor é visto pelas crianças como uma autoridade, e a disciplina é bem rígida. Ele está sempre com um jaleco branco e, quando

entra na sala de aula, todos os alunos se levantam, o cumprimentam e só assentam depois da permissão do professor. Os livros usados na 1ª classe (equivalente ao nosso 1º ano) lembram as antigas cartilhas brasileiras. Todos os livros didáticos das escolas primárias foram produzidos pelo Instituto Politécnico de Bragança, portanto, há uma grande influência portuguesa. Não nos esqueçamos de que São Tomé e Príncipe tornou-se independente de Portugal em 1975.

“ Em São Tomé e Príncipe atuamos em uma escola de formação, acompanhando o trabalho dos professores e seus licenciandos. Está sendo uma experiência muito rica. Sempre digo que quem passa por uma experiência como essa nunca mais será o mesmo ”



Essa não é sua primeira vez na África, não é mesmo?

Minha experiência com projetos em países africanos começou em 2005. A organização não-governamental Alfabetização Solidária (AlfaSol) iniciou, em 2001, um projeto de formação de coordenadores de alfabetização de jovens e adultos em países africanos, principalmente em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, e convidou-me para participar. Esse projeto se encerrou em 2012 e, durante esse período, estive três vezes em Cabo Verde e oito vezes em São Tomé e Príncipe.

Sempre me perguntam por que estive tantas vezes em São Tomé e Príncipe. O que mais me incentivou a continuar no projeto foi o fato de trabalhar com o mesmo grupo de coordenadores durante todo o período. Assim, foi possível criar um vínculo com esse grupo e dar continuidade ao trabalho, o que é fundamental. Trabalhamos desde o processo de como o aluno/adulto aprende a ler e a escrever, a concepção de alfabetização, até o processo de avaliação. Elaboramos, inclusive, uma matriz de avaliação diagnóstica para alfabetização de jovens e adultos em São Tomé e Príncipe. E, com o fim do projeto da AlfaSol, concorri ao edital da Capes/AULP, agora atuando junto aos professores de crianças das escolas primárias de São Tomé e Príncipe.

Você é otimista em relação ao avanço da educação brasileira?

Gosto muito do que eu faço, acredito e defendo. Acho que nós, educadores, estamos abrindo possibilidades. Nesse caminho ainda há muitas coisas a serem corrigidas. Não se trata de uma linha reta, o trajeto é cheio de curvas e bifurcações. Há momentos em que entramos por uma via que julgamos adequada, mas, muitas vezes, temos que retornar.

Somos frutos daquilo que já fizemos. Por isso, penso que devemos ter um olhar para o caminho percorrido e nos questionarmos sempre: O que pode ser corrigido para evitar os mesmos erros? Precisamos ter esse olhar retrospectivo. Essa pode ser uma forma de aprimorar o que realizamos, para seguir em frente.

Magda Soares e Paulo Freire são minhas maiores referências, meus

pais intelectuais. São dois educadores exemplares, otimistas nas práticas e nas produções sobre o aprendizado inicial da leitura e da escrita, sem se descuidarem da crítica àqueles que não se comprometem com uma alfabetização na perspectiva do letramento e da leitura do mundo. Sou também otimista e, se um dia eu deixar de ser, tenho que sair da educação. Com Magda Soares e Paulo Freire aprendi que é possível soletrar a palavra esperança.

“ Penso que devemos ter um olhar para o caminho percorrido e nos questionarmos sempre. Precisamos ter esse olhar retrospectivo. Essa pode ser uma forma de aprimorar o que realizamos, para seguir em frente ”

